

Carta Política - 1º Encontro Nacional de Agroecologia Indígena

É com grande alegria que nós, da **Organização Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para a Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade (CAIANAS)**, como uma das idealizadoras e organizadoras deste evento, saudamos todos os parentes indígenas presentes no 1º Encontro Nacional de Agroecologia Indígena, realizado no Instituto São Boaventura (Brasília-DF), entre os dias 26 e 29 de novembro de 2024. Pedimos a atenção de todos para apresentar esta carta, na qual expressamos nossas preocupações e reivindicações diante do grave cenário atual enfrentado no Mato Grosso do Sul onde estamos inseridos.

Nossa organização, composta por membros dos Povos Terena e Kinikinau da Terra Indígena Cachoeirinha, situada no município de Miranda/MS, na região de transição entre o Cerrado e o Pantanal, vem construindo desde 2012 uma trajetória de resistência e inovação através da etnoagroecologia. Nosso trabalho, reconhecido internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o Prêmio Equatorial-PNUD de 2024, demonstra de forma clara como os conhecimentos ancestrais indígenas são essenciais no enfrentamento da crise climática e na promoção da preservação ambiental.

É com profunda preocupação e urgência que denunciamos a gravíssima situação que enfrentamos no Mato Grosso do Sul. Este estado, que possui a terceira maior população indígena autodeclarada do Brasil, apresenta um dos piores índices de distribuição fundiária do país. Os Povos Terena, Kinikinau, Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Kadiwéu, Guató, Ofaié, Atikum e Kambá, que somam 116.346 indígenas, vivem em apenas 2,2% do território estadual, enquanto os latifúndios ocupam 83% da região.

A população indígena encontra-se, em grande parte, confinada em Reservas Indígenas fragmentadas e pendentes de regularização, e a biodiversidade de nossos territórios está sob risco iminente devido ao avanço do agronegócio. A influência econômica desse setor no estado e no país tem levado à negligência nos processos de demarcação e ampliação de nossos territórios, agravando nossa vulnerabilidade. A disputa territorial com os latifundiários tem sido o principal fator de violência contra os povos indígenas, e nossos direitos territoriais são muitas vezes vistos como obstáculos ao desenvolvimento regional.

O contexto jurídico também tem agravado nossa situação. Embora o Supremo Tribunal Federal (STF) tenha rejeitado a tese do marco temporal, que limitava os direitos indígenas à ocupação desde 1988, a aprovação da Lei 14.701/2023, conhecida como "Lei do Genocídio", perpetua os princípios dessa tese. Essa lei coloca nossas comunidades em uma posição ainda mais vulnerável, abrindo portas para o agravamento das violações de nossos direitos.

Um exemplo trágico dessa realidade é a morte do jovem Neri Ramos Guarani Kaiowá, vítima de conflitos fundiários. Essa violência, aliás, não é recente. Há 41 anos atrás, no dia 25 de novembro de 1983, a liderança Marçal de Souza Tupã'i, do povo Guarani Kaiowá, foi assassinada enquanto defendia seu povo e território. Sua morte, assim como a de Neri, é um símbolo da continuidade da violência que enfrentamos.

No Mato Grosso do Sul, seguimos sendo um dos estados com os maiores índices de assassinatos de indígenas no Brasil. Diariamente, enfrentamos expulsões violentas, exploração análoga à escravidão, envenenamento por agrotóxicos, fome, e mortalidade infantil devido à desnutrição. A presença de racismo estrutural e discriminação institucional tem levado a índices alarmantes de suicídios em nossas comunidades.

Além disso, o avanço predatório do agronegócio sobre o Pantanal é uma ameaça não só local, mas de proporções globais. O Pantanal, a maior planície alagada do planeta, essencial para o equilíbrio climático mundial, está sendo devastado. Entre 1985 e 2020, a superfície de água da região foi reduzida em 81,7%, e o estado de Mato Grosso do Sul registrou a maior perda, com uma redução de 57%. A destruição do bioma, agravada pelos incêndios criminosos e pela construção de barragens, compromete a sustentabilidade da região e afeta diretamente o regime de chuvas e a biodiversidade.

A crise hídrica no Pantanal não só agrava os impactos ambientais, como também catalisa tensões sociais e intensifica as violações de direitos humanos. Nossas comunidades, que dependem dos recursos hídricos para a sobrevivência e para a manutenção de seus modos de vida, enfrentam sérias dificuldades devido à escassez de água.

Em 29 de novembro de 2024, um protesto pacífico organizado pelos Povos Guarani Kaiowá e Terena na Reserva de Dourados trouxe à tona a gravidade da situação. A manifestação visava denunciar a falta crônica de água na região, um problema que tem impactado diretamente a vida e a dignidade dessas comunidades. O ato foi violentamente reprimido pela Tropa de Choque da Polícia Militar, que disparou à queima-roupa contra nossos parentes, revelando a violência institucional direcionada aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul.

O estado é o quarto maior consumidor de agrotóxicos do Brasil, com uma média de 51.534 toneladas anuais, resultando em níveis de contaminação de até 400 vezes os limites permitidos na Europa. A contaminação das águas afeta todos os rios do Pantanal e a pulverização aérea de venenos tem sido usada como uma arma química contra nossas comunidades, intensificando a crise hídrica e a violência.

Além disso, a soberania alimentar dos povos indígenas está sendo gravemente ameaçada pela substituição da agricultura de subsistência por monoculturas voltadas à exportação, com o uso de sementes transgênicas e a destruição das variedades tradicionais.

Diante deste cenário catastrófico, reivindicamos a realização do próximo Encontro Nacional de Agroecologia Indígena no Mato Grosso do Sul, como forma de dar visibilidade à nossa luta e fortalecer as organizações indígenas locais. O Mato Grosso do Sul, com sua significativa presença de povos indígenas e diversidade de biomas, é um território estratégico para o desenvolvimento e aplicação dos conhecimentos ancestrais aliados às práticas agroecológicas.

Assim como o trabalho desenvolvido pela CAIANAS com a Etnoagroecologia Terena, os demais povos indígenas da região - Kinikinau, Guarani, Kaiowá, Kadiwéu, Guató, entre outros - possuem conhecimentos milenares adaptados às especificidades dos biomas Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica. Essa diversidade de saberes representa soluções essenciais para enfrentar as mudanças climáticas e para a transição agroecológica.

Reafirmamos: não existe bioma sem os povos originários, assim como não existe agroecologia sem os povos indígenas. Nossos conhecimentos ancestrais e nossa relação com a natureza são fundamentais para a construção de um futuro sustentável.

Convocamos todos os aliados da causa indígena e agroecológica a se unirem na luta contra a destruição causada pelo modelo predatório do agronegócio. O que está em jogo não é apenas a tolerância dos Povos Indígenas, mas a própria possibilidade de existência e manutenção da vida em nossos territórios.

Pela demarcação imediata das terras indígenas, pela inconstitucionalidade da tese do marco temporal, pelo fim da violência contra nossos povos e pela proteção urgente do Pantanal e do Cerrado.

Nossa resistência é pela vida, pelos saberes ancestrais e pela preservação dos nossos biomas.

Viva a Agroecologia Indígena, os Povos Originários e a sabedoria que protege nossos territórios!

Terra, Dignidade e Soberania!

CAIANAS - Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para a Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade

Brasília, 29 de novembro de 2024